

IMPRENSA E RELIGIÃO EM SÃO LUÍS DO PARAITINGA: DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA

JUDAS TADEU de CAMPOS - UNITAU

São Luís do Paraitinga, no Vale do Paraíba paulista, é uma das poucas cidades antigas de São Paulo que têm sua história documentada desde sua fundação. No Arquivo do Estado existem diversos documentos, escritos pelos próprios fundadores, contando detalhadamente o início da povoação, em 1769. Estão registrados os nomes dos povoadores pioneiros, os acontecimentos do cotidiano e informações sobre a política e o jogo de poder na época.

A partir da segunda metade do século 19, a existência de diversos jornais passou a ser uma outra fonte de informação sobre a história do município. E graças ao trabalho cuidadoso de dois pesquisadores, Ignácio César (1915) e Jaime de Almeida (1987), foi possível conhecer boa parte da história da imprensa dessa povoação, que em 1873 recebeu o título de *Imperial Cidade*, dado pelo Imperador D. Pedro II. Na época, São Luís do Paraitinga era uma das principais cidades da Província de São Paulo, em função do café e de uma diversificada produção agrícola, que lhe rendeu o cognome de *Celeiro do Vale do Paraíba*.

Ignácio César era morador em São Luís do Paraitinga e no primeiro quartel do século 20 fez um registro fidedigno da história da cidade desde a segunda metade do século passado até as primeiras décadas deste século. Sobre o mesmo período, Jaime de Almeida, nos anos 80, elaborou uma cuidadosa pesquisa, considerada como o mais minucioso trabalho sobre a estrutura social e a relação de poderes existentes na região.

Por esses trabalhos de pesquisa podemos saber que a imprensa em São Luís do Paraitinga surgiu no dia 30 de novembro de 1846. Nessa data o Padre Doutor Joaquim Domingues de Lameda fundou um jornal que, no entanto, teve duração efêmera. A respeito dessa primeira publicação consegui pouquíssimas informações. Apenas o que Ignácio César anuncia como sendo um histórico completo do periódico, em chamada de primeira página, na edição de junho de 1915 do jornal *A Ordem*. Mas, lamentavelmente, no arquivo do fórum da comarca, só encontrei a citada primeira página, no meio dos muitos papéis e processos antigos.

Quem teria sido esse padre Lameda? Nos documentos da paróquia de São Luís do Paraitinga nada pude encontrar sobre esse sacerdote, apesar de existir nesse arquivo uma

relação completa de todos os vigários da cidade, desde a fundação da paróquia, no distante ano de 1773. Ele teria fundado também o primeiro colégio existente no município, na Vila de São Pedro do Chapéu Grande, próximo ao Sertão da serra do Mar, na mesma época em que criou o jornal. Acredito que a uma pesquisa sobre a vida desse religioso poderá revelar aspectos interessantes da história da imprensa e da educação na região do Vale do Paraíba.

Diversos historiadores informam que o primeiro jornal da região teria sido *O Mosaico*, que surgiu em Guaratinguetá, em 1958. Mas também não existe qualquer exemplar que comprove essa afirmação. Desse periódico, até agora tido como pioneiro, só existe um único exemplar, datado de 1962, no Museu Frei Galvão, daquela cidade.

Mas enquanto não se encontram provas mais concretas da vida e do trabalho pioneiro do padre Lameda, o jornal *O Parahytinga*, fundado pelo luisense José Hygino Braga, é considerado como o primeiro jornal com circulação periódica nessa urbe, que recebeu, de D. Pedro II, o título de *Cidade Imperial*, no ano do centenário da paróquia, em 1873. *O Parahytinga* funcionou de 23 de agosto de 1874 até 1877. Nesse mesmo ano de 1877, no mês de março, surgiu *O Lyrio*, “órgão recreativo e crítico”, de propriedade da tipografia Prata & Cortez.

Em 1880 havia dois jornais “concorrentes”: *A Redempção* e *Gazeta de S. Luís*. *A Redempção*, que pertencia ao padre José Maia Torres, começou a circular no dia 21 de agosto. Seus gerentes foram José Antunes de Toledo e, mais tarde, João de Castro. Era um órgão do Partido Liberal. Já a *Gazeta de S. Luís*, que pertencia ao Partido Conservador, foi fundada apenas dois dias depois, a 23 de agosto. Seu primeiro redator foi Antônio Luiz de Andrade. Mais tarde passou a ser redigido pelo advogado Antônio José Vieira.. A *Gazeta de S. Luís* circulava com um suplemento chamado de *O Condor*. Mas é *A Redempção* que sobrevive por mais tempo, até 1885. O jornal *O Voador* apareceu a 10 de fevereiro de 1882 e seu redator e proprietário era Francisco de Paula Cortez.

No século 19 a paróquia de São Luís do Paraitinga estava subordinada à diocese de São Paulo e, por questões históricas e políticas, até o advento da República não havia separação entre os poderes sagrado e profano. Por isso, até o final do século as manifestações religiosas na imprensa se resumiam ao anúncio e comentários - sempre com enfoque favorável - das grandes festas, como a Semana Santa, a Festa do Divino e a do padroeiro, São Luís, bispo de Tolosa (Toulouse). Estas celebrações, ainda hoje, são as maiores festas religiosas da cidade.

Nessa época os periódicos se esforçavam por apresentar o Largo da Matriz, principal cenário das festas religiosas, como sendo também a sala de visita da cidade, parece que numa tentativa de ligação, nesse espaço, do profano com o religioso. Sendo uma imprensa política, onde a informação era apenas um meio de se transmitir opiniões de facções partidárias, havia nas matérias sobre as festas, uma nítida intenção de mostrar os chefes políticos participando, em lugar de destaque, nas procissões. Essa aproximação das autoridades com os símbolos sagrados, numa sociedade fortemente marcada pela religião, servia como um mecanismo eficiente de legitimação do poder.

Já no século 20, durante a Primeira República, circularam, de modo precário, *O Luizense* (de 1903 a 1926) e seu suplemento, *O Porvir* (1916-1917). Outros jornais desse período são: *A Ordem* (1915-1916), cujo diretor-proprietário era Alfredo Campos; *O Ataque* (1917), *O Rebate* (1917), *O Lírio* (1918), *A Tesoura* (1919-1920), *O Eco* (1919), *Polianthea* e *O Parahytinga* (1926-1927).

Dentre esses, *O Luizense*, fundado em 4 de outubro de 1903, foi, sem dúvida, o mais importante. Apresenta maior estabilidade, apesar de grandes interrupções, dentre as quais se destaca o triênio 1910-1912, e define o padrão do texto jornalístico do município. A princípio foi de propriedade dos editores Dias & Peixoto. Mais tarde passou a ser redigido por Bernardo Joaquim Dias. É principalmente pelo *O Luizense* que se pode acompanhar o movimento religioso da paróquia. Mas tanto nesse jornal, como em outros periódicos, raramente aparece algum tipo de festa popular ou as manifestações da religiosidade popular caipira, tão ricas na época. Para a imprensa do início do século só era importante o que tinha a chancela do poder eclesiástico.

O noticiário sobre as atividades religiosas tem alguns pontos de destaque. É o caso da luta do vigário da paróquia, padre Pedro Ribeiro da Silva, para organizar o catecismo, em 1904. O jornal anuncia o sacrifício do sacerdote para realizar uma campanha pela educação religiosa das crianças. Depois de esperar por um material didático, que acabou não chegando, ele resolveu adquirir, na firma J.R. Lucena, do Rio de Janeiro, 200 livros destinados às crianças, um fato inédito na já longa história da paróquia, criada em 1773. Cada exemplar foi vendido pelo preço de custo, tendo o sacerdote doado dois exemplares para meninas pobres. A campanha parece que deu certo, pois no final do ano o mesmo jornal anuncia que não havia qualquer criança na cidade que não recebesse educação religiosa ministrada pela Igreja, no catecismo paroquial.

O ano de 1912 foi muito importante para as mudanças religiosas ocorridas no município, tanto pela criação da diocese de Taubaté, como pela posse do novo vigário de São Luís do Paraitinga, o padre italiano (depois monsenhor) Ignacio Gioia. A diocese de Taubaté, desmembrada de São Paulo, abrangia todo Vale do Paraíba, indo de Santa Isabel, hoje pertencente à Grande São Paulo, até Bananal, na divisa com Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Incluía ainda os municípios situados na Serra da Mantiqueira, na divisa com Minas Gerais e todo Litoral Norte paulista.

Os jornais desse ano são pródigos em notícias religiosas. Entre as mais importantes está a da realização de uma missão religiosa dos padres redentoristas em São Luís do Paraitinga. De acordo com os periódicos, em duas semanas o número de confissões e comunhões que alcançam “cifras espetaculares”.

O noticiário sobre o bispo de Taubaté, dom Epaminondas Nunes D’Ávila e Silva dava destaque para seu trabalho para promover a fundação, em todas as paróquias, as associações religiosas recém-chegadas da Europa, como as Congregação Mariana, a Pia União das Filhas de Maria e as conferências vicentinas. Os jornais também falam da luta do prelado para promover a ortodoxia católica, que incluía a queima de livros e folhetos protestantes, expulsão de pregadores evangélicos e repressão às manifestações autônomas do catolicismo caipira.

Já o novo vigário de São Luís do Paraitinga é saudado pelo seu trabalho de renovação pastoral. Em 1913 ele inicia uma campanha pelo retorno do crucifixo ao tribunal de júri, que havia sido retirado do local em função da recente legislação republicana, que tinha grande influência positivista e, por isto, agnóstica. A campanha do sacerdote foi vitoriosa: em novembro, uma procissão com 3.000 pessoas levou a imagem até o fórum, acompanhada pela banda de música e muito foguetório. À noite, muita gente se reuniu no Largo da Matriz para uma retreta festiva, marcando o fim da comemoração.

Monsenhor Ignacio Gioia, que foi vigário de São Luís do Paraitinga por quase 50 anos - seu vicariato durou de 1912 a 1961 - é considerado como um renovador dos costumes religiosos e comportamentais do município e o mais influente sacerdote da paróquia neste século. Além de promover uma nova pastoral, ele introduziu os pratos da comida italiana na cidade, que até as primeiras décadas deste século só conhecia a tradicional cozinha caipira. E fez campanhas contra o Carnaval, que durante 60 anos deixou de ser realizado no município (de 1920 a 1980). Na opinião de um velho sacerdote residente na cidade, “monsieur Gioia civilizou São Luís”.

Mas o noticiário religioso mais polêmico registrado pela imprensa, nas primeiras décadas do século 20, parece ter sido os tiveram como alvo o professor José Carneiro de Carvalho. Nessa época ele já era de idade avançada, tendo se aposentado depois de lecionar por muitos anos em escolas da zona rural e na cidade. Profundamente católico, era membro da mesa diretora da Irmandade do Rosário.

Por muito anos ele escreveu uma coluna denominada *Palestrando*, no *O Luizense*. Seu texto era claro, elegante e inteligente. Enquanto os jornais enfocavam em suas matérias e artigos apenas o cotidiano da política local, sempre acusando ou defendendo uma facção partidária, o *Professor Carneiro*, como era conhecido, analisava as causas mais profundas da visível decadência da região. Ele tocava em assuntos-tabus, como a previsão do fim da cultura cafeeira e a pouca importância que as autoridades davam aos professores. E dizia que o crescente êxodo rural era consequência dos baixos salários pagos pelos fazendeiros do município a seus *camaradas*, como são conhecidos na região os empregados rurais.

Seus problemas com uma facção dos católicos locais começou quando, ele passou a defender, em seus artigos, a restauração do edifício da velha igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em meados século 18, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres e considerada como a mais antiga construção da cidade. Para o professor Carneiro, nada justificava o abandono do templo, tanto por sua importância religiosa, como pelo que representava para a história da Igreja, em São Luís do Paraitinga.

Desde 1905 já havia planos para a construção de uma nova igreja no lugar da antiga, aos quais o professor José Carneiro sempre se opôs, em seus artigos. Em 1916, quando se decidiu pela demolição do velho templo e pela construção da nova igreja do Rosário, apareceram diversas matérias sem assinatura no jornal da diocese *O Lábaro*, pondo em dúvida a ortodoxia da fé católica do professor e acusando-o de positivista. Nos artigos que o velho mestre escreveu para *O Luizense*, nessa época, ficam claro o desgosto e a amargura que essas acusações lhe causaram.

Quando a recém construída igreja do Rosário foi inaugurada, em 1921, em estilo eclético, com predomínio de linhas góticas, os jornais que representavam as duas facções políticas do município publicaram edições comemorativas ao evento. No *O Luizense*, ao lado das fotografias das autoridades locais, aparece uma foto do professor José Carneiro de Carvalho, com uma saudação ao seu “esforço másculo e perseverante”. Mas o jornal

Polianthea não coloca o nome do professor entre os “verdadeiros católicos”, que se empenharam na construção do templo.

A *Polianthea e o Parahytinga*, bem como *A Ordem*, que se intitulava “*orgam imparcial*”, porta-vozes de grupos políticos opostos ao partido encastelado no *O Luizense*, tornam-se muito interessantes na medida em que explicitam a dimensão mais imediata de luta pelo poder em períodos eleitorais e fornecem saborosas caricaturas de seus rivais. São igualmente importantes os artigos publicados por cidadãos luisenses em jornais de Taubaté, São Paulo ou Rio de Janeiro, geralmente sob a rubrica *Correspondência*. Aliás, esta é uma seção característica dos jornais da época, dedicada a notícias de outros municípios, funcionando geralmente como canal de expressão das oposições.

Entre os redatores da imprensa luisense desse primeiro quartel do século 20, destacam-se: Bernardo Joaquim Dias, redator-chefe a princípio, proprietário ao final, e principal figura da equipe do *Luizense* por três décadas. Nascido em Portugal, teria chegado a cidade como artista de teatro e empresário de circo de cavalinhos. Pautou-se constantemente como fiel porta-voz da facção política ligada aos interesses dos herdeiros políticos do Barão do Paraitinga, que foi o grande chefe político do município e um dos maiores fazendeiros do Vale do Paraíba, durante o apogeu do café na região. Nos jornais da oposição, os adversários de Bernardo Joaquim Dias ironizavam terrivelmente seu apego ao poder e aos negócios (hotel, tipografia, prestação de serviços à Câmara Municipal, à Santa Casa de Misericórdia, à Cadeia Municipal, à Caixa Econômica, etc.).

O advogado João Cândido Cabral e seu irmão Oscar Cabral, proprietário da Farmácia Cabral, eram membros do diretório político do partido situacionista até meados de 1918. Nesse ano eles passam à oposição. Eles redigirão a *Polianthea* em 1921 e *O Parahytinga* entre 1926 e 1927, associando-se então a Felinto Lopes dos Santos, advogado e oficial do Cartório de Registro Geral de Terras, a Antônio Ferreira Lima, proprietário de hotel e a Artur Toledo y Tomassini, um dos dentista da cidade. Os professores José Maria de Castro, o já citado José Carneiro de Carvalho e o delegado de polícia Ernesto Babo Filho, aparecem como redatores especializados em notas sociais e culturais.

Passados quase 75 anos, é difícil identificar todos os redatores, já que o anonimato era a grande regra nessa imprensa partidária. Mas é possível constatar que o pessoal das redações é composto de profissionais liberais, certamente oriundos de famílias da classe média.

De outra parte, as festas religiosas realizadas na zona rural são solenemente ignoradas na imprensa de São Luís do Paraitinga, apesar de, nessa época, cerca de 80% dos moradores do município residirem na roça. A única festa mencionada é uma em homenagem a São João, realizada numa fazenda. Mas no texto fica claro que a intenção de *O Luizense* não é a festa em si, mas registrar a presença dos chefes políticos, que participam de um baile ali realizado.

É interessante notar como é enfatizada a participação dos membros da *sociedade* na organização das festividades, em especial as moças das famílias mais abastadas, que arrecadavam as prendas (doações) para as festas religiosas. E, ao falar de danças, que integrava a parte profana das festas religiosas, há uma nítida separação entre o *baile*, do qual participam os membros da elite local, o *cateretê*, apreciado pelos médios e pequenos proprietários e o *jongo*, destinado aos negros.

O pesquisador Jaime de Almeida notou, numa leitura crítica perspicaz, que “*num primeiro patamar da crítica interna, há que se considerar a dificuldade em relacionar a importância atribuída por determinado jornal a um dado acontecimento pontual ou a algum processo, e a relevância desse acontecimento ou processo aos olhos da maioria da coletividade. Uma festa de aniversário celebrada no palacete de um chefe político local recebe ampla cobertura da imprensa de sua facção, e passa rigorosamente despercebida na imprensa de seus rivais*”. E acentua que mesmo as grandes festas religiosas, envolvendo milhares de pessoas, recebiam, por vezes, apenas um breve comentário, aparentemente neutro, num jornal que, dessa maneira, procura limitar o prestígio do festeiro, candidato ou poderoso cabo eleitoral do partido oposto.

Antigos moradores de São Luís do Paraitinga contam o caso de um regabofe, promovido em 1919 pelo partido da situação, para tentar um acerto entre seus membros, que estavam se desentendendo. Foi num sobrado até hoje pertencente à família Teixeira Leite, no Largo da Matriz. Mas os chefes partidários não só não conseguiram a pretendida reconciliação como o encontro acabou numa briga violenta. Na semana seguinte, o jornal de oposição publicou os seguintes versos, para noticiar o ágape adversário: *No sobrado dos Teixeira/ houve festas e banquete/ no almoço foi leitoa/ e sobremesa de cacete.*

A guisa de conclusão sobre a imprensa em São Luís do Paraitinga - que poderia, de certa forma, ser generalizada para a imprensa do Vale do Paraíba na época - o pesquisador em foco faz as seguintes observações, que aqui registro em sua essência. Para ele, é quase um truísmo lembrar que a imprensa veicula o ponto de vista e defende os interesses de certas

categorias sociais, disfarçando em geral o particularismo do seu discurso pela retórica dos interesses coletivos. O leitor privilegiado na imprensa no Império e na Primeira República é, sem dúvida, o leitor-eleitor. É em função da disputa pelas funções públicas que um reduzido número de famílias se aliam ou se confrontam, sob a cobertura de vagos programas partidários. Mas a crítica deve alcançar outro patamar. Subjacente às oscilações do discurso político imediato, encontra-se o terreno mais firme do controle social, a definição de papéis sociais e a produção do senso comum.

Uma das articulações fundamentais da linguagem dessa imprensa provinciana, mesmo ao noticiar um acontecimento religioso, é a dicotomia *Sociedade-Povo*. Ela explicita e legitima a segregação entre os grupos sociais no sistema de poder da República oligárquica. *Sociedade* designa a classe social que detém o poder e em cujo interior se admite a alternância do exercício das funções públicas. *Povo* designa as demais categorias sociais. Aqui os limites são menos precisos, podendo-se entender como *Povo* os eleitores com suas famílias e agregados. Mas geralmente designa a totalidade dos habitantes do município ou do País.

De certa forma, essa dicotomia de identidades existia também na linguagem acadêmica. Conforme nota Boaventura de Souza Santos, era comum a separação disciplinar entre a Sociologia (o estudo de “*nós*”, os “*civilizados*”) e a Antropologia (o estudo “*deles*”, os “*primitivos*”). A imprensa de São Luís do Paraitinga e da região do Vale do Paraíba paulista, ao falar de religião, refletia a tendência de hegemonia e subordinação, dominante nessa época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Edilene Maia de. Guaratinguetá: pioneira da imprensa no Vale do Paraíba. *Acervo*, 2: 33-35, 1998.

ALMEIDA, Jaime de. Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1987.

CÉSAR, Ignácio. Imprensa luizense. *A Ordem*, 4; junho de 1915.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

Judas Tadeu de Campos

é jornalista profissional, aluno do

Programa de Pós-Graduação em Educação (doutorando em Currículo),

na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

e professor do Departamento de Pedagogia da Universidade Taubaté (UNITAU).